

De volta à ilha Diana – Uma experiência em jornalismo comunitário

Roberto C. G. Castro¹

Resumo: Este artigo mostra a implantação do jornal *A Maré* na ilha Diana, em Santos, no litoral de São Paulo, e os benefícios que ele trouxe para essa comunidade.

Palavras Chave: comunicação popular; jornalismo comunitário; educação popular; desenvolvimento comunitário Brasil.

Abstract: This paper shows the deployment of the *A Maré* newspaper in Diana island, in Santos, on coast of São Paulo, Brazil, and the benefits that it brought to this community.

Keywords: popular communication; community journalism; popular education; community development.

Apresentação

Ao longo do ano de 1988 – há exatos 25 anos, portanto –, tive uma experiência que ficou marcada na minha história de vida e na minha trajetória profissional. Refiro-me à criação de um jornal comunitário na ilha Diana, uma pequena e carente localidade instalada em meio ao mangue e ao mar em Santos, no litoral paulista, então com pouco mais de 100 moradores.

O objetivo do jornal – que denominei *A Maré* – era verificar o que uma publicação poderia fazer em benefício de uma comunidade a que estivesse sinceramente comprometida. Os resultados foram registrados no texto que segue, escrito naquele ano.

Esse texto nunca foi publicado. Tendo em vista a riqueza dessa experiência – que pode inspirar professores, estudantes e profissionais ligados ao jornalismo comunitário – e em comemoração aos 25 anos de sua elaboração, quis publicar este artigo, que relata a implantação de *A Maré* na ilha Diana.

O texto a seguir, portanto, é o mesmo que foi escrito há 25 anos, com algumas alterações. Acrescentei também notas de rodapé que esclarecem, atualizam e comentam alguns trechos do ensaio original.

Introdução

O jornalismo comunitário sempre foi pouco estudado, recebeu de não muitos estudiosos e profissionais a devida importância e raramente teve oportunidade de demonstrar do que é capaz. Muitas vezes ele é visto como um subproduto, um modelo de comunicação inferior aos grandes veículos de comunicação de massa.

O desempenho do jornal *A Maré* junto à pequena comunidade da ilha Diana, uma porção de terra firme em meio ao mar e ao mangue localizada próximo à Base Aérea de Santos, no litoral paulista, revelou o lado fascinante e educador desse tipo de

¹. Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel em Filosofia pela USP, bacharel em Comunicação Social pela Universidade Católica de Santos (Unisantos) e professor de Teorias da Comunicação do Centro Universitário das Faculdades Integradas Alcântara Machado (Fiam), em São Paulo.

imprensa. Este trabalho procurou precisamente analisar o que um veículo de comunicação, mensal e rusticamente impresso em off-set, poderia realizar em benefício de uma coletividade a que estivesse sinceramente comprometido. O resultado, uma soma de gratificantes experiências, está relatado a seguir.

Meu desejo é que esta iniciativa contribua para aproximar a universidade da comunidade e, principalmente, concorra, ainda que timidamente, para construir uma sociedade melhor.

A comunidade da ilha Diana²

A imprensa santista sempre tratou a ilha Diana como se esta fosse um “paraíso redescoberto”, em que os laços de solidariedade, amizade e bondade se sobrepõem ao egoísmo presente nas grandes cidades e onde as pessoas vivem em perfeita harmonia com a natureza. Entretanto, essa não é a impressão que se tem após uma semana apenas de convivência com os habitantes do lugar.

Funcionário da Prefeitura Municipal de Santos, Luciano dos Santos³, 41 anos, natural de Iguape (SP), exerce o poder político na ilha Diana, apesar de não contar com a simpatia da maioria da população e de esta não aceitá-lo como líder. De qualquer forma, nomeado auxiliar de Administração pela Prefeitura, Luciano cuida do Centro Comunitário Nossa Senhora do Loreto, da escola e de todo o restante da ilha. Agora vem se empenhando na substituição dos atuais postos de luz, que estão podres na base.

Nos últimos tempos, Luciano tem enfrentado uma séria oposição que forçosamente enfraqueceu seu poder de decisão sobre a comunidade. A chegada de uma assistencialista da Promoção Social, Sandra Regina da Silva⁴, significou a mobilização de boa parte dos moradores da ilha no sentido de se opor à liderança do administrador. Até o seu afastamento do cargo foi reivindicado através de abaixo-assinado, mas abafado por autoridades da Base Aérea e da Prefeitura. Quando da instalação do telefone comunitário, os moradores não aceitaram que Luciano ficasse com a chave, tarefa confiada então a outro morador.

Formou-se assim uma oposição entre Luciano e Sandra, gozando esta da confiança e simpatia da maioria do povo. Luciano, por outro lado, certamente não sairia vencedor caso fossem instituídas eleições diretas para prefeito da ilha Diana.

É dessa forma que a estrutura política da ilha deve ser analisada. Na verdade, a assistencialista representa maior autoridade para os moradores, que vão a ela assim que sentem necessidade de algo. Apesar disso, Luciano conta com o apoio da Prefeitura e da Base Aérea, que o sustentam como mandatário local.

Para o administrador, o povo tem inveja do trabalho realizado por ele, do benefício que faz às pessoas, daí a inimizade. Outro motivo apontado se refere à sua naturalidade: Luciano nasceu em Iguape, chegando à ilha e se casando com a nativa Sueli⁵ aos 23 anos de idade (hoje tem 41). Não é considerado, assim, um “filho” do lugar. Por isso, os habitantes da comunidade não admitem que ele exerça posição de mando.

² Esta seção foi produzida após uma semana de permanência na ilha Diana, de 31 de janeiro a 7 de fevereiro de 1988.

³ Os nomes das pessoas citadas, verdadeiros no texto original, são fictícios neste artigo, para preservar a identidade delas.

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

Para os moradores, Luciano quer ser “o dono da ilha”, quer “mandar em tudo”, o que não é aceito. Um morador alegou que ele é “muito rígido” e “não popular”. O povo não quer alguém que “mande” no lugar, ainda mais se esse alguém for autoritário e antipático a ele.

Além de Luciano e Sandra, há um outro elemento que exerce alguma influência no comportamento das pessoas: Eduardo Lima⁶, de 38 anos, soldado da Polícia Militar do Guarujá, respeitado na ilha como tal. Apesar de não haver no local nenhuma ocorrência criminosa, a não ser as brigas entre os moradores bêbados no fim de semana, Eduardo representa o poder militar, o homem da lei, influenciando a mente de cada um com essa imagem.

O administrador Luciano tem ideias progressistas. Ele quer a construção de uma estrada que ligue a ilha à via Piaçaguera-Guarujá⁷, separadas por cerca de dois quilômetros de mangue. Com isso, seriam atraídos turistas, estabelecimentos comerciais e novas possibilidades de trabalho para os moradores, muitos deles dependentes da instável pesca. Luciano acredita que a venda de pescado aos turistas, o serviço de manutenção e guarda de barcos e o emprego em supermercados e padarias – tudo consequência da estrada – seria uma excelente fonte de renda para as pessoas carentes do lugar, que têm dificuldades para sustentar suas famílias.

Luciano não teme que a estrada traga com o progresso também o banditismo, a criminalidade e a violência. Para ele, um posto policial seria suficiente para assegurar a tranquilidade. “Isso aqui não é uma cadeia *pra* ficar fechado”, afirma Luciano, defendendo a abertura da ilha para o mundo. Essa seria também uma forma de transformar a realidade das crianças do lugar, que passam boa parte do dia à beira do rio, pegando caranguejos para vender.

Também nessas ideias Luciano foi barrado pelos moradores. Conservadora, a comunidade realmente teme a invasão de marginais na ilha, onde, segundo eles, pode-se até dormir com a porta aberta. Essa tranquilidade, entretanto, é conseguida às custas do progresso, de melhores condições de vida, do estudo das crianças que não vão à escola da Base Aérea por ter que atravessar o perigoso mar. O preço é muito alto.

A séria oposição existente entre Sandra e Luciano e a efervescência do que o administrador chama de “fofocas”, além das já citadas brigas entre bêbados, provocam divisões entre os moradores, o que decepciona aqueles que pensam encontrar no local um ambiente de fraternidade, amor e bucolismo. A estada de uma semana na ilha revelou desentendimento, intriga, desunião e nenhum espírito comunitário.

Localizada na confluência do rio Diana e o canal de Bertioga, em frente à Base Aérea de Santos, a ilha Diana possui hoje⁸ 117 habitantes, cuja origem está ligada, em sua maioria, à região. Desse total, 94 pessoas (80,3%) nasceram na ilha ou foram para lá com pouco tempo de vida. Como acontece hoje, as mães vão ter seus filhos em maternidades de Santos, Guarujá e Cubatão, retornando em seguida para a ilha. Apenas 22 habitantes (18,8%) declararam ter nascido em outra região, sendo 12 no Estado de São Paulo, 4 em Sergipe, 2 na Bahia, 2 no Rio de Janeiro, 1 na Paraíba e 1 em Pernambuco. Do total, 60 são mulheres e 57, homens.

A ilha está isolada do mundo. Limita-se a leste a ao sul com o canal de Bertioga, a oeste com o rio Diana e ao norte com cerca de dois quilômetros de mangue, que a separam da via Piaçaguera-Guarujá. Somente a parte que margeia o rio Diana é habitado, visto que ali se localizam as porções de terra firme. O acesso à Base

⁶ Nome fictício.

⁷ É a rodovia cujo nome oficial é Cônego Domênico Rangoni, com 33 quilômetros de extensão, que liga o bairro de Piaçaguera, no município de Cubatão, a Guarujá.

⁸ Os dados são de 1988, quando foi elaborado este texto.

Aérea, ao bairro de Vicente de Carvalho, em Guarujá, e a Santos é feito exclusivamente de barco, usado diariamente para o transporte de moradores que vão àqueles lugares para estudar ou trabalhar. Cada família tem o seu meio de transporte próprio.

Ainda que de forma menos intensa do que no passado, a Base Aérea de Santos presta um relevante serviço à comunidade, através da prestação de serviços como transporte, segurança e donativos em época de Natal. Antes era fornecida pela mesma instituição militar assistência médica semanal, atualmente inexistente.

Eminentemente jovem, a população local possui 71 pessoas (60,6%) com idade entre 0 e 25 anos. Entre os moradores que figuram na faixa de idade escolar (7 a 17 anos), em que estão incluídas 38 pessoas (32,4%), a escolaridade é baixa, constando apenas dois estudantes da 7ª série, um da 6ª, 12 da 5ª e 5 da 4ª, além de outros mais atrasados. Poucos continuam estudando, enquanto a maioria já abandonou os bancos escolares. Há 16 crianças (13,6%) na baixa dos 0 a 6 anos e 3 mulheres grávidas. Os analfabetos são 12, localizados entre os 41 e 60 anos de idade. Foi constatado um caso de mongolismo, em um garoto de 11 anos.

Apenas uma família, formada pela mãe e duas crianças, declarou que professa a religião protestante, através da Igreja Pentecostal Deus é Amor, sediada em Vicente de Carvalho. Os demais moradores, com exceção de cinco pessoas que não responderam, alegaram ser católicos.

Em oposição ao que se esperava, a maioria dos moradores que exercem alguma profissão não tem a pescaria como principal atividade econômica, apesar de possuir também cada um o seu barco e o seu material de pesca, utilizado eventualmente nos fins de semana. Dos 45 homens e mulheres empregados, somente 19 vivem exclusivamente da pesca, que lhes oferece uma renda mensal muito variável, dependente da maré. As demais atividades citadas foram prestação de serviços na Prefeitura de Guarujá e no Departamento Hidroviário, carpintaria, serviços gerais, marinho, empregada doméstica e faxineira. Há quatro aposentados e um senhor desempregado, que não goza dos direitos da Previdência Social. Sete pessoas declararam ter uma renda mensal acima dos Cz\$10.000,00 (dez mil cruzados); dez recebem entre Cz\$25.000,00 (vinte e cinco mil cruzados) e Cz\$10.000,00 (dez mil cruzados); e doze ganham menos de Cz\$5.000,00 (cinco mil cruzados)⁹.

Não há uma estratificação social bem definida na ilha Diana, devido provavelmente à origem comum dos seus habitantes, ao isolamento a que estão submetidos e à formação relativamente recente do lugar, pouco menos de 50 anos. Entretanto, há indivíduos que, pelo papel que desempenham em seu meio social, podem provocar diferenças mais acentuadas no futuro. É o caso da família de Ronaldo da Silva¹⁰, único pescador da ilha a vender camarão vivo. Bem-sucedido em suas vendas para pescadores de fora que desejam iscas vivas e contando com a ajuda dos filhos, Ronaldo construiu uma grande casa de alvenaria, destacando-se das demais, menores e feitas em madeira. Isso já basta para ser identificado pelos moradores como uma pessoa “mais rica”, despontando aí a possibilidade de uma divisão em classes, que pode se acentuar com o passar dos anos. Outro fator que atesta isso é a manutenção, pela família Silva, de pequenas criações de galinhas, porcos e patos, o que também, com poucas exceções, não é encontrado na ilha. Essa diferença ainda não é marcante, pois os membros da família conservam os mesmos hábitos e costumes dos

⁹ Cruzado era a moeda em vigor no Brasil em 1988. Ele foi criado pelo Plano Cruzado, no governo de José Sarney, em 28 de fevereiro de 1986. Ficou em validade até 16 de janeiro de 1989, quando foi substituído pelo cruzado novo. Em fevereiro de 1988, quando foi elaborado este texto, o salário mínimo no Brasil era de Cz\$5.280,00 (cinco mil, duzentos e oitenta cruzados).

¹⁰ Nome fictício.

demais moradores: vestem roupas simples, seus filhos têm pouca escolaridade e se juntam aos outros jovens.

Também o já citado Luciano dos Santos, administrador local, contribui para haver certa diferença de classes, mas agora obedecendo a critérios políticos, e não econômicos, como acontece com a família Silva. Luciano tem relações com a Prefeitura de Santos e com a Base Aérea, circula por esses lugares e conversa com as autoridades. Esse contato com setores mais desenvolvidos da sociedade dá a ele uma mentalidade mais expansiva, diferente das demais pessoas que têm pouco ou nenhum contato com o mundo exterior. Isso o torna realmente distinto. Ele percebe essa diferença, o que o faz se sentir num patamar social mais elevado, colaborando para formar uma incipiente divisão social.

Além destes, pode-se incluir também o policial militar Eduardo Lima, cuja profissão, tanto pelo contato com a cidade que exige como pela melhor remuneração que oferece, além do respeito que imprime nos vizinhos, coloca-o numa posição de ascendência social.

As poucas instituições existentes na ilha Diana estão quase inativas. O Centro Comunitário Nossa Senhora do Loreto, fundado em 16 de julho de 1983 na gestão do prefeito Paulo Gomes Barbosa, possui um amplo salão usado eventualmente para bailes promovidos pelos moradores. Ali está instalado também o telefone comunitário. Com exceção dessas raras programações, porém, o salão fica vazio e sem serventia.

Anexa ao prédio do Centro Comunitário, a escola abriga crianças matriculadas na 1ª e 2ª séries do 1º grau, a quem é fornecida merenda diariamente. Até o ano passado¹¹, funcionavam ali também a 3ª e a 4ª série, suprimidas depois devido ao número muito reduzido de alunos, que foram transferidos para a escola da Base Aérea de Santos. Mesmo assim, essa pequena unidade de ensino é a única instituição da ilha em atividade constante, representando um importantíssimo benefício à comunidade.

Na pequena capela de Bom Jesus de Iguape as missas são raras. Dificilmente aparece um padre para oficializar algum trabalho. Enquanto isso, a igreja serve como uma escola infantil, onde as crianças de até 6 anos de idade são orientadas diariamente por duas adolescentes da ilha, estudantes da 8ª série. Tal escolinha improvisada foi idealizada pela assistencialista da Promoção Social que atua na região.

Outra instituição da ilha é o Esporte Clube Diana, time de futebol local, que também se encontra inativo¹², apesar de possuir um campo – localizado atrás das moradias –, camisa e jogadores.

Além dessas entidades, havia na ilha dois bares mantidos por moradores, mas estes permanecem agora fechados em razão provavelmente ao baixo poder aquisitivo dos consumidores locais.

A vida na ilha Diana é pacata, sonolenta. Os pescadores geralmente vão trabalhar à noite, voltam à 1 ou 2 horas da manhã e vão ao mercado de Santos vender o pescado antes do amanhecer. Quando retornam à ilha, dormem até a tarde. Outros moradores trabalham em Santos ou Vicente de Carvalho, o já citado bairro de Guarujá, e passam o dia fora. À tarde, algumas mulheres se reúnem em frente ao Centro Comunitário ou outro local para conversar. Crianças e jovens, privados de qualquer tipo de lazer, ficam ociosos, esperando o tempo passar. Muitas crianças

¹¹ Ou seja, 1987, ano anterior à elaboração deste texto.

¹² O Esporte Clube Diana voltou às atividades pouco tempo depois da elaboração deste texto. E o jornal *A Maré* parece ter sido um incentivo para essa volta. A primeira edição do jornal, de abril de 1988, trouxe a matéria “Futebol na ilha”, que, através de entrevistas com os moradores, discutiu a inatividade do time e a importância, para a comunidade, do retorno dos jogos do Diana. Na edição seguinte, distribuída em maio, o jornal trazia a notícia de que duas partidas já tinham sido realizadas pela equipe.

passam o dia catando caranguejos com um gancho de ferro, o que representa o único meio de divertimento para eles.

Não há, portanto, grande expectativa de vida naquelas pessoas. Nenhum desejo de progresso, de enriquecimento espiritual ou material, de desenvolvimento. Apenas a vontade de ficar à toa, esperando o tempo passar.

Aliás, a preguiça ou o sentimento de desinteresse pelo trabalho podem ser considerados as características marcantes dos moradores da ilha Diana. Eles preferem trabalhar o mínimo possível, o suficiente para ter o que comer, gozar um longo tempo para o lazer, o descanso, o sono e o convívio com a família. Mesmo que isso represente padrões mínimos de existência. Entretanto, essa peculiaridade não deve ser vista de forma pejorativa, mas como um traço cultural próprio. Como bem assinala Antonio Candido, analisando o caipira e a sua cultura, aplicável nesse aspecto aos nativos da ilha Diana, “o lazer era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético, isto é, ser condenado ou desculpado, segundo é costume”¹³.

Em boa parte em razão dessa ociosidade, os jovens da ilha se casam cedo. Há quatro casais com idades entre 17 e 21 anos, além de muitos adolescentes cuja tendência também é casar com pouca idade. O casamento passa a ser uma forma de procurar vencer a ociosidade e a monotonia, mas estas persistem mesmo após o enlace, não modificando muito a situação.

Nas noites de sábado e domingo, os rapazes e as meninas vão a Vicente de Carvalho para os bailes promovidos por clubes daquela localidade. Também nos fins de semana é quanto os homens se dedicam ao alcoolismo, já praticado durante a semana. Nessas ocasiões ocorrem brigas entre eles, colaborando para prejudicar ainda mais o relacionamento humano na ilha.

Atualmente, a Festa de Bom Jesus de Iguape, celebrada no dia 8 de agosto, é a única manifestação popular que tenta preservar a tradição transmitida pelos mais velhos. Com a morte destes, a festa ficou ameaçada e por alguns anos não foi realizada. Há dois anos, porém, contando com o apoio da assistencialista Sandra Regina da Silva, o povo reorganizou o festejo, em que são montadas barracas para a venda de quitutes e promovidos bailes no Centro Comunitário, animados pelo som de amplificadores. Para essas ocasiões acorrem moradores das regiões vizinhas, na condição de convidados.

Todos se vestem de maneira bastante simples e têm na base de sua alimentação arroz, feijão, peixe, caranguejo, camarão, siri – quando beneficiados pela maré – e produtos comprados na cidade. As casas são simples, de madeira, com quintal e cercas, bem arrumadas e limpas por dentro. A média de habitantes por casa não é alta: fica em torno de 3,7 habitantes/casa, numa comunidade em que há 31 casas para 117 habitantes. Não se nota no modo de falar dos habitantes da ilha uma diferença muito profunda em relação ao sotaque santista, com exceção daquelas pessoas originárias de outras regiões.

Não existe preocupação com a preservação do ambiente. O lixo das casas é simplesmente jogado na maré do rio Diana, que se encarrega de levar os detritos. Além disso, o esgoto das casas cai diretamente no mesmo rio, próximo à margem. Esse procedimento é permitido pelos moradores, ainda que muitos deles dependam do mar para se alimentar.

¹³ Antonio Candido, “O caipira e sua cultura” em Florestan Fernandes, *Comunidade e sociedade no Brasil*, p. 51-59.

Jornalismo e comunidade

Toda a minha experiência sobre jornalismo comunitário não poderia ser realizada sem um conhecimento prévio das pessoas e do lugar usados como laboratório. Era necessário saber um mínimo de coisas sobre os conceitos, padrões e modo de vida, para então atuar na comunidade, expressando no jornal as expectativas locais. Por isso, no dia 31 de janeiro de 1988 mudei-me para a ilha Diana, levando na bagagem comida, roupas, máquina fotográfica e livros sobre comunidade. Permaneci ali exatamente uma semana, dormindo na sala de aula do pequeno colégio e realizando pesquisas. Mais tarde percebi que essa estada fora fundamental para a realização do trabalho.

Nos sete dias em que vivi na ilha Diana compreendi um pouco a vida local. Durante o dia, munido de formulários que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usou no Recenseamento do Brasil em 1980, percorria a comunidade de casa em casa, fazendo perguntas e conversando informalmente com as pessoas. Dessa forma, tomei conhecimento da antipatia de que Luciano dos Santos, designado administrador local pela Prefeitura, goza junto ao povo. Notei quem eram os líderes de opinião, a faixa etária dos moradores, suas atividades, profissões e lazer. Conheci as tradições locais, como a Festa de Bom Jesus de Iguape, e o comportamento dos jovens. Enfim, todos os aspectos da vida local eram registrados, a fim de que o jornal produzido para essa comunidade fosse coerente com seus próprios valores, tornando-se realmente um porta-voz dos anseios e expectativas dos moradores.

No princípio, a minha atividade não era bem compreendida pelos habitantes da ilha. Algumas pessoas me tratavam bem, mas outras se afastavam e evitavam responder às perguntas. “Nós moramos aqui porque precisamos, mas você, que tá fazendo aqui?”, perguntou uma moradora, dando mostras de que não entendia por que motivo um jovem se dispunha a passar uma semana num lugar cheio de mosquitos.

Aos poucos, porém, durante o ano de trabalho, fui conquistando a simpatia das pessoas. Contribuí para isso em grande parte o jornal *A Maré*, com que os moradores se identificaram por falar honestamente dos seus problemas. Uma senhora, por exemplo, que antes era quase ríspida comigo, agora me trata bem e dá sugestões sobre quais assuntos devem sair no jornal. Mesmo assim, nas últimas semanas de trabalho ainda senti que algumas pessoas me evitavam. Vim a saber a razão disso através de uma moradora. “Tão dizendo que você grava tudo que conversa com a gente”, disse-me. A confiança, portanto, não era absoluta.

Essa desconfiança veio me mostrar que aquele povo, embora humilde e iletrado, é bastante crítico. Não se ditam regras ali para que sejam seguidas obedientemente. Mesmo um “jornalista”, como eu era chamado, que detinha realmente um status social mais elevado, estava sujeito às sanções e aos moldes que a comunidade impunha – e não vice-versa.

Resguardadas as devidas proporções, acredito que se realizou, no caso do jornal comunitário *A Maré*, a mesma relação existente entre os políticos e a grande imprensa metropolitana, mudando-se apenas os resultados. Em outras palavras, a tentativa dos governantes e poderosos de dominar a imprensa se dá tanto em nível mundial e nacional como em nível comunitário. No caso deste trabalho, o papel dos “poderosos” foi exercido por Luciano dos Santos, que merece uma análise detalhada.

Nomeado pela Prefeitura como administrador do Colégio e do Centro Comunitário, Luciano parece ter deixado o cargo lhe subir à cabeça. Ele quer ser visto como “prefeito da ilha” ou, no mínimo, como alguém que manda, que tem autoridade ali. Por isso ele é detestado pelos outros moradores. Sua primeira reação ao saber da minha intenção de fazer um jornal foi de contentamento. Tratou-me bem, instalou-me

no colégio para passar a semana e nunca deixou de criticar asperamente os outros moradores da ilha, seus opositores. Ele deu a entender que gostaria que o jornal falasse dele e o apoiasse na disputa contra seus vizinhos.

Mas a proposta do jornal era difundir aquilo que a maioria dos moradores pensava, característica básica de um jornalismo popular. Não poderia servir, portanto, aos interesses de um indivíduo, ainda mais sendo este antipático ao povo. Quanto a primeira edição do jornal *A Maré* foi distribuída, em 10 de abril de 1988, sem citar o nome de Luciano, o administrador ficou bravo. “Como é? A gente faz as coisas *pra* você e nem sai no jornal?”, perguntou-me assim que atendeu ao meu telefonema, alguns dias após. As edições seguintes também não traziam o nome de Luciano dos Santos, até que, quando saiu o número 3 do jornal, que deixou o comandante da Base Aérea de Santos furioso pelas críticas à falta de aulas na ilha, o administrador rompeu definitivamente comigo. Ele não queria estar do lado de quem criticava as autoridades de Santos, que sustentam o seu cargo. Luciano chegou ao ponto de não responder aos meus cumprimentos quando eu chegava na ilha.

Em seguida, como a crítica às autoridades dera certo – quatro dias depois da distribuição do jornal as crianças já estavam de volta à escola – e a edição número 4 finalmente publicava seu nome, Luciano tomou uma postura neutra em relação à publicação. Ele não queria me apoiar (o cargo de administrador não pode ser perdido) nem tampouco procurava me atacar (o “jornalzinho” até que funciona). “Metete no teu jornal a ideia de fazer uma estrada aqui na ilha”, sugeriu-me sorratamente depois de tudo isso. O jornal foi inflexível, não se dobrou à vontade de um político e esteve ao lado do interesse coletivo. E saiu vitorioso.

No já citado episódio da falta de aulas no colégio da ilha, uma lição foi aprendida. O jornalismo é uma eficiente e pacífica maneira de pressionar as autoridades competentes para tomar providências necessárias ao bem-estar de uma comunidade. Por alguma razão, as pessoas – principalmente aquelas investidas de alguma forma de poder – não admitem a crítica e, menos ainda, a ampla divulgação dessa crítica. Elas buscam de toda maneira acabar com os comentários depreciativos, seja calando autoritariamente o crítico ou corrigindo a falha. Com *A Maré* ocorreu felizmente a segunda hipótese. E eu fiquei me perguntando: se um jornal rústico pode consertar uma situação em quatro dias, o que não poderia fazer então um grande diário, se este estivesse realmente voltado para os interesses da comunidade?

Por mais críticas que sejam, as pessoas percebem quando um jornal fala das suas coisas e luta por seus interesses. Assim ocorreu com *A Maré*. Espontaneamente, o pescador Maurício Soares Vieira¹⁴, homem cuja beleza se nota na sua simplicidade e humildade, disse que o jornal não podia parar, mas devia “continuar sempre assim”. “É importante porque alguém se interessa pela gente”, afirmou. “É ótimo”, confirmou a moradora Maria Rita Soares¹⁵. “Ele fala das coisas da ilha.” Maurício e Maria Rita lembraram o caso da falta de aulas, regularizadas devido à matéria publicada no jornal. A moradora informou ainda que os homens gostam muito das matérias sobre as partidas do Esporte Clube Diana, fato por mim comprovado entre os jovens.

Outros moradores deram opiniões também favoráveis ao jornal. Pelos seus depoimentos, senti que a razão disso estava ligada ao fato de que *A Maré* trata de assuntos de interesse das pessoas do lugar. Estas se sentiram valorizadas como os personagens principais de tudo o que acontece. Quando havia alguma coisa errada na ilha, as pessoas vinham me pedir para escrever uma matéria sobre o assunto. Assim

¹⁴ Nome fictício.

¹⁵ Nome fictício.

aconteceu com a falta de aulas e com o atraso no pagamento das contas de luz. “*Vamo vê se endireita esse negócio*”, diziam minhas fontes depois que eu prometia a matéria.

O jornal *A Maré*

Rusticamente impresso na gráfica da Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Santos (Unisantos), o jornal *A Maré* significou a chegada da imprensa na ilha Diana. De periodicidade mensal, com duas páginas, feito numa única folha de papel-jornal tamanho ofício (frente e verso), o novo veículo se propunha a defender os interesses dos moradores e mostrar aspectos da vida daquela comunidade. A tiragem não passava de 200 exemplares, que eram distribuídos na ilha, na Base Aérea de Santos, na Câmara Municipal e na Prefeitura de Santos. O jornal teve seis edições e circulou de abril a outubro de 1988.

Ainda na fase de planejamento, não havia um nome que identificasse o jornal com a comunidade. Ele surgiu somente durante a minha estada de uma semana na ilha. Percebi que a maré do rio Diana era um fator de sobrevivência para muitos moradores do lugar. Se não for favorável, a maré não traz os peixes que alimentam as famílias. *Aí* estava o nome do jornal.

Graficamente, *A Maré* era feito em quatro colunas, separadas por um fio. Embora este tenha caído em desuso, era importante para facilitar a leitura pelos moradores, não dados a esse hábito. Foram usadas fotos em todas as edições, enquanto as charges, feitas por Paulo de Tarso Barbieri Fernandes, apareceram duas vezes.

Todos os assuntos abordados pelo jornal eram definidos segundo as necessidades da comunidade. Para senti-las, eu me dirigia à ilha Diana duas ou três vezes por mês, sempre aos sábados. Nessas ocasiões, eu conversava com as pessoas e tomava conhecimento daquilo que interessava aos moradores aparecer no jornal.

Essas visitas, aliás, eram fundamentais. Durante o processo de implantação de *A Maré* não era possível, devido ainda à desconfiança e à falta de intimidade, fazer com que os próprios moradores do lugar fossem os pauteiros, repórteres e editores do jornal, condição que caracteriza melhor o jornalismo popular. Por isso eu precisava sentir ao máximo aquela comunidade, seus anseios, dificuldades e valores. Só então, integrado ao meio, eu poderia fazer matérias que refletissem realmente a vontade das pessoas – e não a minha.

Logo na primeira edição, distribuída no dia 10 de abril de 1988, o jornal *A Maré* deixou à vista de todos a sua principal proposta: ser um veículo que, voltado para os interesses da ilha Diana, servisse como um porta-voz dos moradores da comunidade e buscasse soluções para seus problemas. “Postes vão ser trocados” foi a primeira manchete, cujo texto abordava um problema sério para os moradores. Há meses os postes de luz da ilha, podres, ameaçavam cair sobre as casas, causando realmente pânico à comunidade. Após ouvir um administrador da Prefeitura, que garantiu a troca dos postes, *A Maré* deu a manchete. A notícia trouxe expectativa para os ansiosos e aflitos moradores, que tiveram de fato os postes trocados. Com isso, embora não tivesse sido o responsável pela providência, o jornal começou a ganhar credibilidade.

Na segunda edição, datada de 14 de maio de 1988, a matéria principal abordou a festa em homenagem ao Dia das Mães, promovida pela Base Aérea de Santos no Centro Comunitário da ilha, sem dúvida o acontecimento mais importante do mês para aquela comunidade. Com uma foto das crianças dançando para as mães, a matéria trazia, além de informações sobre a festa, a opinião de duas moradoras. Essa prática – ouvir os moradores – foi utilizada durante todas as edições, pois somente assim as pessoas do lugar puderam se sentir os personagens principais dos fatos.

Com exceção apenas da edição número 5, *A Maré* sempre publicou matérias sobre o Esporte Clube Diana, time de futebol local. A paixão do brasileiro por esse esporte não é mais branda no morador da ilha Diana, razão que explica o grande espaço dedicado ao assunto. De fato, os atletas gostavam muito de ler sobre o seu time. Ver seu nome relacionado na escalação ou como autor de um gol era algo que chamava a atenção do jogador e me fazia aproximar dele. Numa ocasião, o técnico do time me chamou, tirou um exemplar de *A Maré* do bolso e começou a ler com certa dificuldade. “Olha, gostei disso aqui”, disse, contente.

Também foi dado espaço para uma pequena coluna intitulada “Dicas”, que fornecia informações sobre as fases da lua e sua influência sobre a pesca, além de outros dados considerados importantes para os moradores. Era, enfim, uma coluna de prestação de serviços, nascida da convicção de que o jornalismo pode ajudar profundamente uma comunidade através de pequenas notas, mostrando e orientando as pessoas para determinadas oportunidades. Por falta de espaço, “Dicas”, infelizmente, não foi publicada nas últimas três edições.

A edição número 3, sem dúvida, foi a grande vitória de *A Maré* e a prova de que um jornal pode pressionar e obter providências das autoridades constituídas. “Escola continua sem aulas” era a manchete principal dessa edição, que trazia ainda uma foto de crianças brincando desocupadas, uma realidade naquela época de férias forçadas. Com a lancha da Base Aérea quebrada, a professora não podia chegar à ilha, deixando os estudantes sem aulas há mais de um mês. *A Maré* denunciou essa situação e, em Editorial, criticou a passividade das autoridades. “É evidente o descaso com que autoridades educacionais, políticas e militares, que se dizem protetoras da ilha, tratam o problema”, dizia o Editorial. Distribuída no sábado, dia 4 de junho de 1988, essa edição deixou furioso o comandante da Base Aérea de Santos, que entrou em contato com a diretoria do colégio da Base e providenciou a normalização das aulas na ilha. Na quarta-feira seguinte, dia 8, as crianças já estavam estudando, inclusive com um plano de reposição de aulas em julho. Único e exclusivo responsável pelo fato, o jornal definitivamente se firmou junto à comunidade, ganhando mais credibilidade.

Ainda nessa terceira edição, a matéria “Ilha produz arte”, mostrando com foto o belo trabalho artesanal de uma moradora que faz tapetes com plásticos velhos, foi uma tentativa de inspirar o gosto artístico nos moradores. Somente com um trabalho constante, porém, é que se poderia obter algum resultado nessa área, acredito. Além dessa matéria, *A Maré* voltou a falar em arte na edição número 5, desta vez através do morador Nelson Moraes¹⁶, que toca cavaquinho. Nessa ocasião, a intenção foi mostrar um aspecto da típica cultura popular da ilha Diana. Nelson ficou feliz com a matéria, colocou um exemplar na parede da sua casa e passou a me tratar muito bem. Através das páginas de um jornal, o artista desconhecido sentiu sua arte valorizada.

Outro exemplo de que *A Maré* estava comprometida com os valores da ilha Diana foi a edição número 4, que, distribuída em 13 de agosto de 1988, mostrou, numa matéria de página inteira, a tradicional Festa de Bom Jesus de Iguape, organizada pelos próprios moradores. Ainda nessa edição, para verificar o efeito de uma nota social, foi introduzida uma informação sobre o aniversário de uma moradora. Embora quase não soubesse ler, a homenageada gostou de ser lembrada pelo jornal e chegou a me agradecer.

Com a manchete “Nova lei prejudica pescadores”, a edição número 5, de 17 de setembro de 1988, mostrou o ponto de vista dos pescadores da ilha sobre uma lei assinada pelo presidente da República, José Sarney, proibindo a pesca no país. A matéria mostrou a aflição dos homens que vivem somente da pesca, explicou a

¹⁶ Nome fictício.

situação do pescador Maurício Soares Vieira e deu outras informações, deixando claro que os pescadores estavam descontentes com a nova lei. Na verdade, *A Maré* foi o único jornal que falou por aquela comunidade nesse período de crise.

A pedido de uma moradora – que dessa forma demonstrou a sua confiança no jornal –, foi feita nessa edição uma matéria sobre as contas de luz da ilha, que não vinham sendo pagas por alguns usuários. Mais uma vez *A Maré* serviu como uma voz para a comunidade, divulgando um problema social.

Finalmente, o número 6 de *A Maré* – a última edição do jornal, distribuída em 25 de outubro de 1988 – teve o mérito de dar em primeira-mão aos moradores a notícia de que o governo cancelara a lei da pesca. Essa edição teve a preocupação de informar àquelas pessoas sobre uma situação que as afligia. Outros meios de comunicação não tiveram essa mesma preocupação, já que os jornais e rádios de Santos nem sequer tomaram conhecimento das privações impostas aos pescadores da ilha Diana.

Uma coluna fixa do jornal era o Editorial, colocado no lado esquerdo da segunda página. A sua permanência da primeira à sexta edição é explicada pelo fato de que através dessa coluna pode ser dada uma opinião livre e objetiva sobre determinados problemas, dando a entender claramente o pensamento da comunidade. Esse aspecto, aliás, deve ser analisado com atenção. O Editorial de *A Maré* não refletia o pensamento do editor do jornal, mas da comunidade. Como exemplo, cito a edição número 5, que falou sobre a lei da pesca. Como editor e jornalista, talvez eu quisesse tecer comentários mais efusivos sobre o comportamento dos pescadores diante da situação. Porém, sentindo o conservadorismo da comunidade, preferi escrever um texto pedindo calma. Foi uma típica situação em que submeti a minha vontade ao pensamento e à forma de ser dos moradores, condição essencial para o jornalismo comunitário.

“Jornalista *bão memo da Tribuna pra resolvê isso*”

Apavorados, os moradores da ilha Diana temiam a queda dos postes de luz sobre suas casas, o que poderia provocar um incêndio e uma tragédia. Poucos meses depois, as crianças eram prejudicadas pela falta de aulas no pequeno colégio local, deixando também seus pais inquietos. Em seguida, os pescadores do lugar se surpreendiam e se preocupavam com a medida do governo federal, que proibia a pesca em todo o Brasil. Além disso, durante todo o ano de 1988 houve uma série de atividades naquela comunidade, desde festas e comemorações até problemas e discussões entre moradores.

Diante de toda essa efervescência, o jornal *A Tribuna*, atualmente o único diário de Santos, permaneceu calado. Esquecendo-se dos problemas e aflições dos moradores da ilha Diana, *A Tribuna* não lutou pelos interesses locais, não pressionou as autoridades para obter melhorias. Enfim, um jornal de forte estrutura, capaz de servir como uma voz poderosa em favor de cidadãos necessitados, ignorou por completo aquela comunidade.

Uma pequena nota foi inserida nas páginas de *A Tribuna* em agosto, dando informações sobre a Festa de Bom Jesus de Iguape, que se realizaria na ilha no dia 6 daquele mês. Poucas linhas, sem foto, no canto da página. Essa foi a única manifestação do jornal em favor da ilha Diana. E isso ainda aconteceu porque alguns moradores, organizadores da festa, compareceram à redação do diário e solicitaram a notícia. A iniciativa partiu da comunidade – e não de *A Tribuna*, que não enviou nenhum repórter para cobrir o evento.

Ao contrário, o jornal *A Maré* abordou os problemas que mais afligiam os moradores da ilha. Divulgou as dificuldades pelas quais passava a comunidade, abriu espaço para a opinião das pessoas, exigiu em editoriais as necessárias providências das autoridades, difundiu os valores locais e obteve vitórias. A cada mês o jornal surgia falando somente das coisas daquele lugar, sem se preocupar com acontecimentos externos que não tivessem relação direta com a comunidade.

Feita a comparação, percebe-se que *A Maré* desempenhou, para os moradores da ilha Diana, um papel muito mais importante do que *A Tribuna*. Sujeito às imposições da economia de mercado, o diário não encontrou possibilidades de lucro numa comunidade de pescadores, o que justifica, para seus proprietários, o desinteresse em dedicar suas páginas aos problemas locais. Já *A Maré* pode praticar um jornalismo sincero, sem interesses econômicos e voltado para o desenvolvimento comunitário.

Tais constatações tornam ingratas e errôneas as palavras de um morador da ilha sobre a falta de aulas no colégio local. “Nós *temo* que *chamá* um jornalista *bão memo da Tribuna pra resolvê* isso. Senão, não adianta”, disse, desprezando *A Maré*. Na verdade, foi o rústico e mal impresso jornal comunitário que resolveu a situação da falta de aulas e, de resto, se preocupou durante todo o ano com a comunidade. Enquanto isso, *A Tribuna* ignorava a ilha Diana.

Conclusão

As experiências com o jornal *A Maré* mostraram que o jornalismo comunitário exerce funções impossíveis de serem subestimadas. Como pode ser observado, o jornal movimentou a comunidade da ilha Diana, pressionou autoridades em favor de interesses locais e amplificou a abafada voz dos moradores. Tornou-se, para seus leitores, mais importante do que o grande jornal diário, na medida em que falava das necessidades e interesses do lugar.

Normalmente os debates sobre jornalismo e mudança social ficam restritos ao círculo dos grandes meios de informação. Não se percebe que as transformações devem ocorrer de baixo para cima, das bases para a cúpula, das pequenas comunidades para toda a sociedade. Nesse processo, o jornalismo comunitário se apresenta como um instrumento dos mais eficientes, uma vez que, através de suas matérias locais, consegue reter a atenção das camadas pobres e marginalizadas, tarefa inalcançável ao grande diário.

Este trabalho provou que é possível fazer um jornal comunitário com poucos recursos – acessíveis a qualquer associação de bairro – e com ele alcançar melhorias para um grupo de pessoas. É necessário apenas que haja domínio das técnicas jornalísticas, intimidade com a população e uma sincera disposição de lutar em defesa dos valores e interesses da comunidade.

Assim como ocorreu com *A Maré*, a proliferação de jornais comunitários poderia também movimentar outras comunidades, torná-las mais participativas e ativas na reivindicação dos seus direitos, além de promover o seu desenvolvimento. É preciso que profissionais e estudiosos se conscientizem do poder dos veículos de comunicação comunitários e busquem condições para que esse tipo de imprensa seja amplamente utilizado em nosso país.

De todo o trabalho realizado na ilha Diana, em que foram ensaiados os efeitos do jornalismo comunitário sobre um pequeno grupo de pessoas, nasceram algumas propostas que, uma vez concretizadas, poderão ajudar no processo de conscientização e desenvolvimento de uma comunidade. São elas:

1. Cada sociedade de melhoramentos de bairro deve ter o seu jornal. Ainda que rústico – mas a um preço acessível –, esse veículo vai difundir os valores da sua comunidade, tornando conhecidas às autoridades suas reivindicações. Sem um jornal, o bairro estará relegado ao silêncio e ao esquecimento. É importante, no entanto, que haja um jornalista cuidando dessa publicação, pois as técnicas jornalísticas são fundamentais para o sucesso de um jornal de bairro.¹⁷

2. Os grandes jornais devem dar espaço para comunidades específicas. Esse espaço poderia ser equivalente a uma página mensal ou semanal, uma estrutura que contasse com jornalista plenamente integrados e preocupados com as pessoas do lugar – e estas fossem realmente os personagens principais dos fatos. As matérias estariam voltadas para os problemas locais, a opinião dos moradores e os aspectos gerais da vida da comunidade.¹⁸

3. As faculdades de Jornalismo devem conferir mais importância ao jornalismo comunitário. Os professores devem despertar a atenção dos seus alunos para esse tipo de imprensa que envolve intimamente a vida das pessoas. Seria inclusive justificada a ideia de se criar uma disciplina exclusivamente destinada ao estudo desse assunto. Pesquisas e trabalhos nessa área precisam ser indicados aos alunos. E, principalmente, devem ser incentivados projetos experimentais com a comunidade, a exemplo do jornal *A Maré*.¹⁹

Bibliografia

BORDENAVE, JUAN E. DÍAZ. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 8ª edição.

CHINOY, ELY. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978, 6ª edição.

COHN, GABRIEL (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: CEN/Edusp, 1978, a edição.

DE FLEUR, MELVIN L. *Teorias de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ECO, UMBERTO. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

EMERY, EDWIN. *Introdução à comunicação de massa*. São Paulo: Atlas, 1974.

ENGELS, FRIEDRICH. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Rio de Janeiro: Global, 1981, 4ª edição.

¹⁷ Muitas sociedades de bairro dispõem de um jornal. Entretanto, nota-se que são feitos de modo ainda amador, o que dificulta a obtenção de melhorias para a comunidade. No que se refere a jornais de bairros editados por empresas privadas, estes estão mais preocupados em vender anúncios e obter lucros do que em servir realmente à comunidade, o que também impede as mudanças.

¹⁸ Os grandes jornais têm iniciativas voltadas para as comunidades. Por exemplo, poucos anos depois da elaboração desta monografia, o jornal *O Estado de S. Paulo* lançou, em março de 1994, suplementos dedicados a cada região da cidade de São Paulo, denominados *Seu Bairro Norte*, *Seu Bairro Oeste*, *Seu Bairro Leste* e *Seu Bairro Sul*. No entanto, além de cobrirem uma área muito extensa – com várias comunidades, cada uma com seus problemas e necessidades distintos –, e talvez em razão disso mesmo, esses suplementos não demonstravam estar intimamente relacionados com as comunidades a que serviam. E percebia-se também, neles, a preocupação maior por anúncios e lucro. De resto, provavelmente por não obterem o retorno financeiro esperado, esses suplementos foram extintos.

¹⁹ Atualmente há faculdades de Jornalismo que têm, na sua grade, a disciplina Jornalismo Comunitário, o que não era comum na época de elaboração deste texto.

- ENZENSBERGER, HANS MAGNUS. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- FERNANDES, FLORESTAN. *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1972.
- FERREIRA NETO, AUGUSTO E GARCIA, SEBASTIÃO. *Desenvolvimento comunitário: princípios para a ação*. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.
- FRANCA, LEONEL. *Noções de história da filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1978, 22ª edição.
- HEILBRONER, ROBERT. *A formação da sociedade econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, 2ª edição.
- HUGON, PAUL. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1973, 13ª edição.
- LERNER, DANIEL E SCHRAMM, WILBUR (org.). *Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- LINS DA SILVA, CARLOS EDUARDO. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.
- LUYTEN, JOSEPH M. *Sistemas de comunicação popular*. São Paulo: Ática, 1988.
- LYNN SMITH, T. *Organização rural: problemas e soluções*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- MARCONDES FILHO, CIRO. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática: 1986.
- MORIN, EDGAR. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- PASQUALI, ANTONIO. *Sociologia e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- PEREIRA, LUIZ. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 3ª edição.
- RECASÉNS SICHES, LUIS. *Tratado de sociologia*, volume II. Porto Alegre: Globo, 1970.
- ROSSI, CLÓVIS. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 3ª edição.
- SCHRAMM, WILBUR. *Comunicação de massas e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.
- SCHWOEBEL, JEAN. *La prensa, el poder y el dinero*. Barcelona: Dopesa, s/d.
- SEVERINO, ANTONIO JOAQUIM. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1982, 7ª edição.
- SWINGWOOD, ALAN. *O mito da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Inter-ciência, 1978.
- SZMRECSANYI, TOMÁS E QUEDA, ORIOWALDO (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1973.
- TAUFIC, CAMILO. *Periodismo y lucha de clases*. Lima: Causachun, 1983, 5ª edição.

Recebido para publicação em 12-02-13; aceito em 15-03-13